



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### Despacho n.º 11266/2012

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, e após prévia audição do Juiz interessado, nomeio, para exercer funções de assessora do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional, a Mestre Marta de Sousa Nunes Vicente, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2012, podendo exercer funções docentes em instituições de ensino superior, nos termos do n.º 7 do citado artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 545/99 e do artigo 3.º n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de maio.

13 de agosto de 2012. — O Presidente do Tribunal Constitucional, *Rui Manuel de Moura Ramos*.

206322044

### Despacho n.º 11267/2012

Nos termos do artigo 20.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, exonerar a seu pedido, o Mestre João Pedro Alves Ventura Silva Rodrigues, como Assessor do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2012, dando por finda a respetiva comissão de serviço.

13 de agosto de 2012. — O Presidente do Tribunal Constitucional, *Rui Manuel de Moura Ramos*.

206322174



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Edital n.º 752/2012

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, nos termos do artigo 195.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei n.º 15/2005 de 26 de janeiro) que, no âmbito dos autos de processo disciplinar n.º 961/2010-L/D e Apensos 979/2010-L/D e 1246/2010-L/D da 4.ª Secção, que correram termos por este Conselho e nos quais é arguida a Senhora Dra. Vânia Brito Gonçalves, portadora da cédula profissional n.º 19654-L, foi determinada a suspensão por tempo indeterminado da inscrição da referida Senhora Advogada arguida, em razão do incumprimento da pena em que foi condenada e por aplicação da alínea b) do artigo 138.º do mesmo diploma legal. Tal medida de suspensão foi notificada à Senhora Advogada arguida em 13.06.2012, pelo que, se considera que iniciou a produção dos seus efeitos em 29.06.2012.

8 de agosto de 2012. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206322425

### Edital n.º 753/2012

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, que, com efeitos a partir de 21/07/2012, foi determinado o levantamento da suspensão da inscrição da Senhora Dra. Vânia Brito Gonçalves, portadora da cédula profissional n.º 19654L, em virtude do cumprimento da pena aplicada no processo disciplinar n.º 961/2010 e Apensos.

8 de agosto de 2012. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206322588

### Edital n.º 754/2012

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, faz saber que, com efeitos a partir de 26/06/2012, foi determinado o levantamento da suspensão da inscrição da Sra. Dra. Margarida Rodrigues da Silva, Cédula Profissional N.º 49477L, em virtude do cumprimento da pena em que foi condenada no âmbito do Processo Disciplinar N.º 231/2007-L/D — 3.ª Secção.

9 de agosto de 2012. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206322733

## UNIVERSIDADE DE LISBOA

### Faculdade de Letras

### Despacho n.º 11268/2012

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que, na sequência da homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos no âmbito do procedimento concursal comum aberto pelo aviso n.º 17655/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 7 de setembro de 2010, se procedeu à celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o licenciado Manuel de Castro Henriques Botelho Moreno, para preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da carreira e categoria de técnico superior, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ficando posicionado entre a 2.ª e a 3.ª posições remuneratórias da respetiva categoria, e entre os níveis 15 e 19 da tabela remuneratória única, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2012.

2 — O contrato encontra-se sujeito a um período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pela alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, e com o artigo 1.º do regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março.

3 — Para acompanhar e avaliar o período experimental foi designado o respetivo júri com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor José Pedro da Silva Santos Serra, Diretor da Biblioteca da FLUL;

1.º vogal efetivo: Lic. Ricardo Manuel Pereira Sousa Reis; Secretário Coordenador;

2.º vogal efetivo: Lic. Pedro Miguel Estácio dos Santos, Chefe da Divisão da Biblioteca;

1.º vogal suplente: Lic. Nuno Joel Lopes Fernandes Cavalheiro, Chefe da Divisão de Serviços Administrativos;

2.º vogal suplente: Lic. Ana Elisabete Marques de Matos, técnica superior da Divisão de Serviços Administrativos da FLUL.

8 de agosto de 2012. — O Diretor, *António M. Feijó*.

206320732